

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. Célio Studart)

Determina que escolas,
universidades e demais instituições
de ensino possuam Programa de
Prevenção ao Suicídio voltado para
seus discentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica determinado que escolas, universidades e demais instituições de ensino possuam Programa de Prevenção ao Suicídio voltado para seus discentes.

§1º O Programa de Prevenção ao Suicídio referido no *caput* contemplará série de ações programáticas, realizadas pela instituição de ensino, a fim de conscientizar os discentes sobre a temática e promover a cultura de valorização à vida.

§2º As ações desenvolvidas no Programa de Prevenção ao Suicídio terão cunho educativo, com a realização contínua de palestras, apresentações e demais campanhas educativas.

§3º A execução das atividades a serem desenvolvidas ocorrerá durante todo o ano letivo.

Art. 2º Esta lei poderá ser regulamentada para sua fiel execução.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Tratar do tema 'saúde mental' é de relevância indiscutível. No cenário atual, o século XXI é marcado por altas taxas de depressão (sendo esta apontada como a “doença do século” conforme a Organização Mundial de Saúde - OMS) além de outras doenças mentais, que têm propulsionado uma “epidemia” de suicídios.

É neste contexto que emerge a proposição legislativa em tela. Surge da perspectiva de promover a conscientização a fim de prevenir o suicídio, tendo como principal público-alvo os estudantes, sobretudo os mais jovens. O suicídio é a quarta maior causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil, de acordo com dados do primeiro boletim epidemiológico sobre suicídio, divulgado em 2017 pelo Ministério da Saúde.

A Constituição Federal dispõe que todos têm direito à saúde, estando esta esculpida no rol de Direitos Sociais extensivos a toda a sociedade, de acordo com a previsão de seu art. 6º. Para assegurar a efetividade desse direito, incube ao Poder Público congregar esforços que englobam todos os entes federados: União, Estado e Municípios.

Por todo o exposto, é cediço que não há como o Poder Público se eximir da responsabilidade de zelar pela população e por sua saúde. Assim, requeremos aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2019

Dep. Célio Studart

PV/CE